

# ÍNDICES

O valor da ORTN em dezembro: Cr\$ 70.613,67.

A partir de segunda-feira, o valor da ORTN passa de Cr\$ 63.547,22 para Cr\$ 70.613,67. Isso é o que determina portaria assinada ontem pelos ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e do Planejamento, João Sayad, estipulando a correção monetária de novembro em 11,12%, ou seja, o mesmo valor da inflação apurada pelo novo índice oficial: o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA).

Os rendimentos dos depósitos em caderneta de poupança terão um rendimento em novembro a ser creditado, também a partir de segunda-feira, de 11,675%. Os reajustes dos aluguéis residenciais a partir de 2 de dezembro ainda continuarão tomando como base o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), em 80% da sua variação do período em questão: para os reajustes semestrais, o índice a ser aplicado é de 55,42%, para os anuais, de 171,99%. Mas o ministro João Sayad já revelou que a partir de primeiro de janeiro próximo os aluguéis serão corrigidos pelo IPCA. Estudos para isso já estão sendo realizados.

Mas se o governo não tivesse aposentado o IGP (Índice Geral de Preços), medido pela Fundação Getúlio Vargas e considerado até poucos dias como o índice oficial de inflação, estes valores todos seriam diferentes. Com os 15% de inflação do IGP, em novembro, o valor da ORTN seria de Cr\$ 73.079,30 e a poupança renderia 15,575%.

Com os 11,12% do IPCA para novembro, a inflação acumulada do ano é de 189% e, em doze meses, de 219,3%. Esses cálculos misturam o IGP (até outubro) com o IPCA (em novembro), metodologia criticada por muitos técnicos mas admitida pelo Ministério da Fazenda. Pelo IGP, a inflação do ano chegaria a 196% e, em doze meses, a 227,2%.

Em relação aos salários, o governo informa que a partir de janeiro eles passarão a ser calculados com base na série histórica do IPCA. Os detalhes serão fornecidos em regulamentação nos próximos dias.

O governo previa uma taxa de inflação de 225,8% este ano, antes que o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, explodisse contra a Fundação Getúlio Vargas e substituísse o IGP pelo IPCA, como medidor da inflação. Previsões anteriores do governo indicavam uma inflação de 207,5% até dezembro.

Entre assessores do governo, e até entre ministros, causou um certo constrangimento a mudança do cálculo da inflação justamente no mês em que o índice apresentava seu nível mais alto.

Na terça-feira, Funaro primeiro telefonou para o professor Julien Chachel, da Fundação Getúlio Vargas, e informou-lhe que iria passar a medir a inflação a partir do INPC e não mais do IGP. Depois, telefonou para o ministro do Planejamento, João Sayad, informando que anunciaria dentro de alguns instantes um índice único para a economia. Essa proposta, de fato, vinha sendo feita por Sayad, desde o primeiro dia de governo da Nova República.

O ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central, Cláudio Haddad, afirmou ontem, no Rio, que o IPCA não reflete a evolução da economia nacional como um todo, porque ele está vinculado apenas ao comportamento do consumo. Na sua opinião, "não há índice perfeito, pois qualquer um traz problemas de abrangência para efeito de cálculo".

Mesmo assim, disse que o IPCA lhe parece um índice bem-feito, pois tem metodologia testada, que abrange uma apuração de preços médios em mais de 250 mil produtos negociados nas mais significativas regiões do País. "Ele reflete, basicamente, um índice deflator do consumo, uma vez que incorpora o consumo de famílias com rendimento de até 30 salários mínimos, que formam a grande maioria da população brasileira".

As instituições financeiras consideraram a mudança da correção monetária "uma medida de força e muito intempestiva, porque se o governo não estava gostando do índice divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, podia aplicar a accidentalidade, em função da grande seca atual, pois trata-se de uma sistemática muito usada e entediada por todos".

Assim, o presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão, contestou ontem, no Rio, a decisão do governo de vincular a inflação, e consequentemente a correção monetária, ao IPCA. Na sua opinião, esse tipo de mudança brusca nas formas de aferição da economia "não é muito bom para a credibilidade do governo".